

OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

Procuradoria da República da Comarca de Bragança

No Despacho da Senhora Procuradora Geral da República que definiu os objectivos estratégicos para o ano 2018, é referido que “*os objetivos deste ano devem manter na sua essência, os objetivos do ano anterior, devendo as diversas estruturas do Ministério Público avaliar, com base na execução do ano anterior, quais os objetivos processuais mais adequados para reforçar a sua concretização durante o próximo ano.*”

Os objectivos processuais que nos propomos alcançar têm portanto em conta os resultados obtidos no ano anterior, o quadro de magistrados e de funcionários em funções que se prevê termos ao longo do corrente ano 2017/2018.

O ponto de partida, são pois os resultados obtidos no ano anterior, que foram bons, já que, genericamente, foram atingidos os objectivos a que nos tínhamos proposto, e que eram de redução de pendências.

Porém, tendo em conta o facto de termos, neste ano e à partida, menos 20% de magistrados em efectividade de funções – passamos de 15 para 12 magistrados – as perspectivas para o próximo ano não são nada optimistas, prevendo-se que as pendências venham a aumentar, indo fazer-se tudo para que tal aumento seja o menor possível.

Assim, apresentam-se os objectivos até final de 2018.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS 2017 - 2018	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
A. QUALIDADE NA AÇÃO	
1 - COORDENAÇÃO.	<p>É nosso objetivo continuar a promover uma articulação direta entre magistrados que intervêm nas diferentes fases processuais (dos processos crime) por forma a melhorar e alcançar os resultados pretendidos, designadamente, entre o Juízo Central Criminal e Cível e os diversos magistrados colocados nos diversos juízos de competência genérica e que deduzem as acusações em processo comum colectivo e propõem as acções de valor superior a 50.000,00€ que depois vão ser julgadas naquele Juízo Central.</p> <p>Por outro lado, pretende-se continuar a proceder, tanto quanto possível, à uniformização de procedimentos e à utilização de práticas reconhecidas como mais corretas, em toda a comarca, através da emissão de instruções que vão nesse sentido.</p> <p>Assim, aquando da tomada de posse dos novos Colegas, foi entregue, a todos os magistrados das áreas cível e criminal, um dossiê com todos os documentos hierárquicos emanados da Coordenação da Comarca de Bragança e em vigor, tendo em vista um trabalho de qualidade e uma atuação no mesmo sentido de</p>

	<p>todos eles, quantos às mesmas questões.</p>
<p>2 Reforço da intervenção do Ministério Público nos Órgãos de Gestão da Comarca</p>	<p>Dada a excelente relação que existe entre todos os membros que integram o Conselho de Gestão da comarca de Bragança, que tem levado a que todas as decisões sejam aprovadas por consenso, o nosso objetivo, quanto a este tema, vai no sentido de que assim continue, pois têm sido os interesses comuns que têm prevalecido, designadamente na distribuição de funcionários e na atribuição de espaços ao Ministério Público.</p> <p>Nesse sentido, o Ministério Público tem intervindo sempre nas reuniões do Conselho Consultivo, dando nota de tudo quanto se tem vido a fazer e a conseguir, e das carências sentidas.</p> <p>Por outro lado, participa em todas as acções que o Conselho de Gestão realiza, como acontece no colóquio que se vai realizar em Dezembro próximo, sobre o tema “ Deontologia e éticas Judiciárias”, em que haverá um Magistrado do Ministério Público, como orador.</p>
<p>3 Articulação e coordenação entre jurisdições e a intervenção nas diferentes fases processuais</p>	<p>Tendo em vista um conhecimento mais profundo e uma coordenação mais efectiva, vai proferir-se instrução de serviço no sentido da obrigatoriedade de comunicação à coordenação de todas as acusações que não sejam recebidas.</p> <p>Dado que no cível, todas as acções em que o Estado é interveniente são já acompanhadas através de PA (Processo Administrativo) de acompanhamento, essa coordenação é já suficiente, pois as petições têm de ser antes aprovadas e são depois acompanhadas.</p> <p>Por outro lado, vai manter-se a exigência de, sempre que se detetar</p>

<p>de definição do objecto do inquérito e da estratégia de investigação e de gestão processual</p> <p>Melhorar, organizar e monitorizar procedimentos de articulação com os Órgãos de Polícia Criminal</p>	<p>inquérito e da gestão processual, mostrou-nos que é necessário continuar a apostar nesse campo, monitorizando o andamento dos inquéritos e a sua duração média.</p> <p>Vai continuar a promover-se o entendimento de que se deve dar uma orientação ao inquérito, sempre que a investigação for delegada nos OPCs, principalmente naqueles casos em que a sua duração se estende por tempo mais demorado, o que pode ser um indicativo, de falta de um rumo na investigação.</p> <p>É muito boa a articulação com os Órgãos de Polícia Criminal em toda a Comarca, designadamente com os Comandos Distritais da GNR e PSP, que se pretende manter.</p> <p>Tendo em vista dar continuidade a essa articulação, foi elaborado um conjunto de respostas a muitas dúvidas apresentadas pela GNR, de vária natureza, e que se estende desde o direito rodoviário até aos procedimentos de buscas e revistas no processo penal.</p> <p>Pretendeu-se, não só dar resposta às dúvidas apresentadas por escrito, como promover uma atuação uniforme dos diversos OPCs, no que à investigação criminal diz respeito.</p>
<p>Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias</p>	<p>a) Neste momento, e de acordo com o que se encontra estipulado em documento hierárquico da Coordenação da Comarca de Bragança, o magistrado que proferiu o despacho final - de acusação ou de arquivamento – é aquele que estará presente na instrução, caso esta seja requerida.</p>

<p>a) Melhoria de procedimentos de ligação entre as fases de inquérito, instrução e julgamento (incluindo recursos)</p>	<p>b) Na maioria dos juízos que constituem a comarca de Bragança, dado haver apenas um magistrado do Ministério Público, o magistrado que deu a acusação é sempre o mesmo magistrado do julgamento.</p> <p>Até agora não foi possível implementar essa prática nos Juízos com mais do que um magistrado, pois a especialização dos processos de violência doméstica e o número reduzido de magistrados, têm impedido a sua implementação.</p> <p>c) Por indicação da PGD do Porto, são já comunicados à PGD Porto e ao Tribunal da Relação de Guimarães, os assuntos tratados nas acções em que o Estado intervém como parte e bem assim todo o seu desenvolvimento, para que o Ministério Público do Tribunal da Relação esteja preparado para os eventuais recursos que venham a existir.</p> <p>Existe procedimento idêntico para os processos de natureza criminal de maior relevância.</p>
<p>Valorização da Intervenção em Julgamento.</p>	<p>Esta questão, na Comarca de Bragança, tem o seu ponto principal de atuação, na articulação das diversas instâncias Locais, com o Ministério Público colocado na Instância Central Criminal e Cível, onde confluem as acusações em Tribunal Coletivo, e as acções cíveis tramitadas nesta Instância Central.</p> <p>Por outro lado, pretendendo-se um Ministério Público interveniente e</p>

<p>das injunções aplicadas.</p>	<p>Desse modo, tem-se acompanhado o cumprimento do correto preenchimento da base de dados da suspensão provisória de processos, o que se vai manter.</p>
<p>Redução de pendências excessivas nas Secções em que tal se verifique através da adoção de medidas de Gestão processual/Gestão dos recursos humanos</p>	<p>Como supra já se referiu, o facto de no corrente ano 2017/2018 a Comarca de Bragança apresentar uma redução de menos 20% de magistrados em exercício de funções, vai ter como consequência quase inevitável um aumento das pendências, pelo menos em determinadas secções, como sejam Bragança, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro/Mogadouro.</p> <p>Nesse sentido, foi já proferido o despacho n.º 21/2017 que determinou a afectação de inquéritos do Juízo de Macedo de Cavaleiros, às Senhoras Procuradoras-Adjuntas de Mirandela, por forma a reduzir a carga processual da magistrada de Macedo de Cavaleiros e evitar uma pendência muito grande naquele juízo, pois neste ano deixou de ali prestar serviço 1 Procurador-Adjunto Substituto.</p> <p>A continuar um número muito grande de entradas de inquéritos em Miranda do Douro/Mogadouro, como se tem verificado até agora, vai ser necessário também uma intervenção, já que não será possível manter estas pendências apenas com uma magistrada.</p> <p>Concretizando, propomo-nos:</p> <p>Tentar manter a pendência total de inquéritos no final do ano de 2018, o mais baixo possível, mas prevendo um aumento das mesmas, já que houve uma redução de 20% no número de</p>

	<p>magistrados, caso se mantenha um volume de inquéritos entrados da mesma ordem de grandeza.</p> <p>Apresentar uma pendência de cerca de 30%, no número de inquéritos pendentes no final do ano judicial de 2018, relativamente ao total de inquéritos movimentados.</p> <p>Apresentar uma taxa de cerca de 25% de inquéritos pendentes com mais de 8 meses, relativamente ao total de inquéritos pendentes.</p> <p>Terminar, até final do ano judicial de 2018, todos os inquéritos entrados no ano de 2015 e anos anteriores, desde que a investigação se mostre terminada pelos OPCs, máxime a Polícia Judiciária, ou não se aguarde a realização de perícias e ou o cumprimento de cartas rogatórias.</p> <p>Terminar todos os Inquéritos Tutelares educativos instaurados antes do ano de 2018.</p> <p>Superar a taxa de 60% na utilização dos mecanismos de consenso e de simplificação processual, relativamente ao total de processos de inquéritos indiciados.</p>
<h2>ÁREAS PRIORITÁRIAS</h2>	
<p>Proteção das vítimas</p>	<p>O Ministério Público da Comarca de Bragança, assinou, em Julho do corrente ano, juntamente com mais 15 entidades, um protocolo que tem em vista a implementação de “ UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO”.</p> <p>Nesse protocolo é obrigação desta Procuradoria da República,</p>

<p>Direitos das crianças e jovens</p>	<p>participar em acções de formação de magistrados e de funcionários nas diversas vertentes de apoio e protecção à vítimas de violência doméstica e de género, nos concelhos que assinaram tal protocolo, o que se prevê vir a acontecer, nomeadamente pela participação nas formações a realizar pelo CEJ., para além da adoção de procedimentos que visem facilitar o acesso das vítimas a apoio, atendimento e protecção adequados.</p> <p>Por outro lado, foi já manifestada abertura total em participar em acções de sensibilização, nomeadamente em escolas.</p> <p>As vítimas de crimes mais vulneráveis que se nos apresentam na nossa comarca, são geralmente as vítimas dos crimes de violência doméstica e de maus-tratos, e ainda em alguns inquéritos as vítimas de inquéritos por crimes de tráfico de pessoas, escravidão e de emigração ilegal.</p> <p>Relativamente aos primeiros casos, são os magistrados titulares desses inquéritos quem executam pessoalmente as inquirições dessas vítimas e, no segundo caso, são por regra, tomadas declarações para memória futura, precisamente para evitar a revitimização.</p> <p>O Estatuto de vítima é apreciado com grande acuidade e acompanhado até final.</p> <p>O atendimento ao público é diário e sempre que possível efectuado pelo magistrado de turno, sendo que nos juízos de</p>
--	--

<p>- Atendimento ao público.</p>	<p>Nos juízos de proximidade o atendimento é feito pelos funcionários que aí prestam serviço e em contacto com o magistrado de turno, para evitar que as pessoas tenham de se deslocar à sede do juízo Local.</p>
<p>-Acompanhamento das CPCJs</p>	<p>Têm vindo a ser dadas orientações, no seguimento das discussões havidas nas reuniões com a coordenação de Família e Menores da PGD Porto, da necessidade de os magistrados interlocutores participarem, nas reuniões com as comissões alargadas das CPCJ, e fazerem um acompanhamento muito de perto daqueles processos tutelares de maior gravidade, com aliás, é exigido. Nesse sentido todos os magistrados interlocutores abrem anualmente um processo administrativo onde são recolhidos todos os elementos necessários ao acompanhamento efectivo das Comissões de Proteção. Tais orientações vão manter-se.</p>
<p>Articulação com as Instituições de assessoria e apoio.</p>	<p>Na Comarca de Bragança, onde não existem secções centrais de Família e Menores, a instituição que assessora os processos desta natureza é a Segurança Social, com quem foi feita uma reunião e onde ficaram estabelecidos os passos a seguir, sendo que até agora tem funcionado bem.</p> <p>Por outro lado, tem havido correta articulação entre os Tribunais, Segurança Social e Núcleo de apoio às Vítimas de violência doméstica, uma vez que estas duas instituições, juntamente com</p>

	<p>outras, onde se incluem os Órgãos de Polícia Criminal, assinaram um protocolo de colaboração, sendo que a articulação dessas entidades com os tribunais tem funcionado bem.</p>
<p>Visitas dos magistrados a Centros Educativos e instituições de acolhimento.</p>	<p>Não existem Centros Educativos na Comarca de Bragança.</p> <p>No entanto, existem várias instituições de acolhimento de menores em diversos Municípios da área desta comarca, sendo que foram já efectuadas visitas ao Centro de Trabalho Oliveira Salazar, em Bragança, e à Fundação Francisco Meireles, em Torre de Moncorvo, seguindo-se as restantes em datas a agendar.</p> <p>Como já antes se deixou dito, todas essas instituições de apoio e acolhimento de crianças têm vindo a ser objecto de atribuição de donativos, no âmbito das injunções aplicadas em processos suspensos provisoriamente, pelo que existe também o interesse em verificar o funcionamento das mesmas e concluir se elas devem continuar a merecer a atribuição de tais donativos.</p>
<p>Monitorizar a aplicação da nova legislação de família e menores</p>	<p>Relativamente a esta matéria foi elaborado no ano anterior, um documento que foi entregue a todos os magistrados da comarca que trabalham na área de Família e Menores, relativo ao processo de Averiguação Oficiosa de Paternidade, onde são referidas as alterações verificadas e a forma, a nosso ver correta, de execução dos procedimentos, quer no âmbito desse processo quer posteriormente à elaboração do despacho final de viabilidade, que</p>

	<p>se veio a mostrar útil pela análise que se tem feito aos processos entretanto terminados, o que continuará a ser efectuado.</p> <p>Relativamente aos outros processos de família e Menores temos acompanhado a discussão e conclusões resultantes dos “Encontros de Magistrados de Família e Menores do Distrito Judicial do Porto” sendo que têm sido seguidas as conclusões daí resultantes.</p> <p>Concretizando, propomos os seguintes objectivos nesta área :</p> <p>-Terminar todos os processos administrativos com ou sem propositura de acções em defesa dos menores e incapazes, instaurados até 30.06.2018.</p> <p>Terminar todos os processos instaurados ao abrigo do D.L. n.º 272/2001, até Julho de 2018;</p> <p>- Terminar todos os processos de AOP no tempo devido, ou seja, dentro do prazo de 2 anos para a propositura das respectivas acções.</p>
<p>Direitos dos Trabalhadores</p> <p>- Melhorar, organizar e monitorizar o atendimento ao público.</p>	<p>Nesta jurisdição, o atendimento é diário e sempre efectuado pela magistrada colocada na Instância Central do Trabalho, sendo a sua disponibilidade total, apenas condicionada pela sua participação em audiências de julgamento, e dada a sua grande experiência, os tempos de espera são quase inexistentes.</p>

<p>-Incentivar a iniciativa do Ministério Público nas acções relacionadas com contratos individuais de trabalho.</p>	<p>Em Bragança, o Ministério Público propõe todas as acções cuja intervenção lhe seja solicitada, como resulta dos objectivos propostos e infra referidos.</p>
<p>Promoção da articulação com a jurisdição do comércio nos processos de insolvência e de recuperação de empresas</p>	<p>Foram já tomadas antes as decisões sobre a forma de articulação entre o Ministério Público da instância Central do Trabalho e o Ministério Público na Instância Local Cível (dada a inexistência de Instância Central do Comércio em Bragança), que passa pela instauração de um PA de acompanhamento e de informação ao Ministério Público do Trabalho, para que este acompanhe a reclamação de créditos efectuada no cível e possa informar, se for o caso, os trabalhadores que o solicitem.</p> <p>Quanto a esta matéria, o objetivo do Ministério Público na Instância Central do Trabalho de Bragança, é atingir as metas propostas para o ano anterior e que foram conseguidas.</p> <p>Assim, tal objetivo consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - propor todas as acções comuns e especiais de contrato de

<p>Jurisdição Cível (que inclui o</p>	<p>trabalho e emergentes de acidente e doença profissional que sejam apresentadas e requeridas ao Ministério Público, seja pelos trabalhadores seja pelos seus familiares;</p> <ul style="list-style-type: none"> - propor todas as acções, requerimentos e incidentes relacionados com: - incidentes de revisão da incapacidade e de habilitação de herdeiros; - requerimentos de junta médica; - requerimentos de actualização de pensões em patrocínio dos trabalhadores; - acções executivas para cobrança coerciva dos créditos dos trabalhadores, pensões e prestações dos sinistrados e da caução do acidente de trabalho; - todas as acções e execuções em representação do Estado que lhe forem presentes; - proceder às entregas de capital das pensões obrigatoriamente remidas, cujo cálculo seja feito até 30-11-2018; - realizar todas as diligências de tentativa de conciliação dos processos de acidente de trabalho cujos exames médicos entrem no tribunal até 30-10-2018; - proceder ao atendimento diário dos trabalhadores e seus familiares <p>Dado que o Procurador Coordenador da Comarca é também o Coordenador do cível e nesse âmbito acompanha todos os</p>
---	---

<p>Comércio)</p> <p>- Promoção de uma melhor articulação, nas acções do Contencioso do Estado, com a entidade estatal respectiva.</p>	<p>processos administrativos instaurados em que o Estado seja parte, tendo que se pronunciar sobre os projectos de petições iniciais a propor ou contestações a apresentar, esse aspeto é assegurado processo a processo.</p>
<p>- Promover e incentivar a iniciativa relativamente às acções e procedimentos em defesa do consumidor, nomeadamente em ambiente digital.</p>	<p>Neste campo o que se pode dizer é que o Ministério Público está disponível para receber eventuais queixas dos consumidores e estudá-las tanto quanto for possível, no sentido de propor alguma acção que venha a revelar-se necessária na defesa desses consumidores.</p> <p>Neste sentido mostra-se de primordial importância dar a conhecer os direitos do consumidor e melhor forma de os defender. Assim, é nosso propósito realizar no próximo ano um colóquio/conferência, sobre o tema geral da comunicação/informação dos direitos do consumidor e sua defesa, nomeadamente quanto à actividade em ambiente digital.</p>
<p>Melhorar e monitorizar a</p>	<p>Como acima se deixou dito, a coordenação da comarca acompanha todos os processos administrativos que reputa de importantes,</p>

iniciativa processual em defesa dos incapazes em articulação com as outras jurisdições.	<p>designadamente aqueles que têm em vista a propositura de acções de interdição, já que a comunicação da instauração de todos os processos administrativos é obrigatória, sendo aberto na coordenação um processo para acompanhar aqueles que o justifiquem, como é o caso das interdições.</p> <p>De outro modo, dado que em metade das instâncias, existe apenas um magistrado e por outro, as restantes são de competência genérica, a articulação com as outras jurisdições é não só fácil como muito próxima.</p>
Jurisdição do comércio.	<p>Não existe jurisdição de comércio em Bragança, sendo a jurisdição cível que despacha os processos dessa natureza.</p> <p>O atendimento é, em regra efectuado por magistrado e, em caso de pedido expresso nesse sentido, é designado dia e hora para o atendimento, se possível nesse dia ou semana.</p> <p>Quanto à articulação com a legislação do trabalho já supra se referiu esse aspeto.</p>
Jurisdição da Concorrência, regulação e supervisão:	<p>Não existe na Comarca de Bragança.</p>
Jurisdição de execução de penas	<p>Não existe na Comarca de Bragança.</p>

Bragança, 20 de Novembro de 2017

O Procurador Coordenador de Bragança

José Remísio Melhorado